

**SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022**

**(NÃO AUDITADAS)**



**DEPARTAMENTO DE CONTROLADORIA**

## Índice

Balanço patrimonial	3
Demonstração das sobras ou perdas	5
Demonstração das sobras abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	9
2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis	9
3 Caixa e equivalentes de caixa	18
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	18
5 Títulos e Valores Mobiliários	19
6 Operações de crédito	20
7 Outros Ativos Financeiros	22
7.1 Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros	23
7.2 Movimentação da provisão de Outros Ativos Financeiros	23
8 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos	23
9 Outros Ativos	24
10 Investimentos	24
11 Imobilizado	25
12 Intangível	25
13 Depósitos à vista, à prazo	25
13.1 Concentração dos principais depositantes	26
13.2 Despesas com operações de captação de mercado:	26
14 Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	26
15 Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses	27
16 Outros Passivos Financeiros	28
18 Obrigações Fiscais e Diferidas	29
19 Outros Passivos	30
20 Instrumentos Financeiros	30
21 Patrimônio líquido	31
22 Receitas de Operações de Crédito	33
23 Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira	33
24 Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	33
25 Rendas de Tarifas	33
26 Dispêndios e Despesas de Pessoal	34
27 Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	34
28 Dispêndios e Despesas Tributárias	34
29 Outros Ingressos e Receitas Operacionais	35
30 Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	35
31 Despesas com Provisões	35
32 Outras Receitas e Despesas	35
33 Resultado Não Recorrente	36
34 Partes relacionadas	36
35 Cooperativa Central - Sicoob São Paulo	36
36 Gerenciamento de riscos	37
37 Garantias	44
38 Cobertura de seguros	44

**Balanços patrimoniais em 30 de junho 2022 e dezembro 2021**  
 Em milhares de reais

	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>ATIVO</b>		<b>8.318.811</b>	<b>7.172.121</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>3</b>	<b>13.705</b>	<b>11.784</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>8.369.231</b>	<b>7.219.540</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<b>4</b>	593.282	484.245
Títulos e Valores Mobiliários	<b>5</b>	174.534	182.224
Relações Interfinanceiras	<b>3</b>	2.519.692	2.265.591
Operações de Crédito	<b>6</b>	4.993.988	4.187.845
Outros Ativos Financeiros	<b>7</b>	87.735	99.635
<b>(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>		<b>(311.630)</b>	<b>(299.660)</b>
(-) Operações de Crédito	<b>6</b>	(297.633)	(281.215)
(-) Outras	<b>7</b>	(13.997)	(18.445)
<b>Ativos Fiscais correntes e diferidos</b>	<b>8</b>	<b>1.683</b>	<b>1.369</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>9</b>	<b>6.588</b>	<b>12.526</b>
<b>Investimentos</b>	<b>10</b>	<b>144.853</b>	<b>133.894</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>89.073</b>	<b>87.597</b>
Imobilizado de Uso		123.826	118.354
(-) Depreciação acumulada		(34.754)	(30.757)
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>5.308</b>	<b>5.070</b>
Intangível		15.182	13.694
(-) Amortização acumulada		(9.874)	(8.624)
<b>Total do Ativo</b>		<b>8.318.811</b>	<b>7.172.121</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Balancos patrimoniais em 30 de junho 2022 e dezembro 2021**  
 Em milhares de reais

	<b>Notas</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>PASSIVO</b>		<b>7.314.886</b>	<b>6.233.916</b>
<b>Depósitos</b>	<b>13</b>	<b>3.639.962</b>	<b>3.508.113</b>
Depósitos à Vista		640.563	624.790
Depósitos à Prazo		2.999.399	2.883.323
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>20</b>	<b>3.555.393</b>	<b>2.624.241</b>
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	<b>14</b>	1.579.366	1.034.408
Repasse Interfinanceiros	<b>15</b>	1.968.055	1.553.916
Obrigações por Empréstimos e Repasses	<b>15</b>	1.599	1.575
Outros Passivos Financeiros	<b>16</b>	6.373	34.342
<b>Provisões</b>	<b>17</b>	<b>32.924</b>	<b>29.574</b>
<b>Obrigações Fiscais e diferidas</b>	<b>18</b>	<b>4.218</b>	<b>4.513</b>
<b>Outros Passivos</b>	<b>19</b>	<b>82.389</b>	<b>67.476</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>21</b>	<b>1.003.927</b>	<b>938.205</b>
<b>Capital Social</b>		<b>543.774</b>	<b>500.144</b>
<b>Reserva Legal</b>		<b>395.230</b>	<b>384.522</b>
<b>Sobras Acumuladas</b>		<b>64.923</b>	<b>53.539</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b>8.318.811</b>	<b>7.172.121</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das sobras ou perdas em 30 de junho**  
**Em milhares de reais**

	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ingressos e Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>491.111</b>	<b>214.636</b>
Operações de Crédito	<b>22</b>	332.482	179.145
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	<b>3</b>	121.210	22.570
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<b>4</b>	27.689	3.400
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	<b>5</b>	9.730	9.521
<b>Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>23</b>	<b>(367.567)</b>	<b>(130.800)</b>
Operações de Captação no Mercado		(232.427)	(45.436)
Operações de Empréstimos e Repasses		(80.571)	(27.422)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(54.569)	(57.942)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>123.545</b>	<b>83.836</b>
<b>Outros Ingressos / Dispêndios Operacionais</b>		<b>(51.324)</b>	<b>(42.247)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	<b>24</b>	12.498	5.676
Rendas de Tarifas	<b>25</b>	5.601	4.633
Dispêndios e Despesas de Pessoal	<b>26</b>	(38.129)	(33.030)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	<b>27</b>	(38.535)	(30.392)
Dispêndios e Despesas Tributárias	<b>28</b>	(1.250)	(494)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	<b>29</b>	24.713	23.665
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	<b>30</b>	(16.222)	(12.305)
<b>Provisões</b>	<b>31</b>	<b>(2.297)</b>	<b>(586)</b>
(Provisões)/Reversões para Contingências		39	(461)
(Provisões)/Reversões para Garantias Prestadas		(2.336)	(125)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>69.923</b>	<b>41.003</b>
<b>Outras Receitas e Despesas</b>	<b>32</b>	<b>(1.673)</b>	<b>685</b>
Ganhos de Aluguéis		23	47
Reversão de Provisões não Operacionais		45	842
Outras Rendas não Operacionais		3.462	
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(65)	
(-) Despesas de Provisões não Operacionais		(5.100)	(166)
(-) Outras Despesas não Operacionais		(38)	(38)
<b>Sobras Antes da Tributação e Participações</b>		<b>68.250</b>	<b>41.688</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(3.327)</b>	<b>(148)</b>
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperados		(2.075)	(88)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados		(1.252)	(60)
<b>Sobras do período</b>		<b>64.923</b>	<b>41.540</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos resultados abrangentes em 30 de junho**  
Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Sobras do período/exercício</b>	<b>64.923</b>	<b>41.540</b>
Outros resultados abrangentes		
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u>64.923</u></b>	<b><u>41.540</u></b>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho**  
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital à Realizar</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva para contingências</u>	<u>Sobras acumuladas</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>422.503</b>	<b>(223)</b>	<b>185.315</b>	<b>171.905</b>	<b>26.405</b>	<b>805.904</b>
<b>Destinações de Sobras do Exercício Anterior:</b>	<b>21.3</b>						
Ao FATES						(5.281)	(5.281)
Constituição de Reservas				5.281		(5.281)	
Distribuição de sobras para associados		7.872				(15.843)	(7.971)
<b>Outros Eventos:</b>				171.905	(171.905)		
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		35.082	29				35.111
Por Devolução		(13.346)					(13.346)
Estorno de Capital		(2)					(2)
<b>Sobras do exercício antes das destinações e do JCP</b>						<b>41.540</b>	<b>41.540</b>
<b>Em 30 de junho de 2021</b>		<b>452.109</b>	<b>(194)</b>	<b>362.500</b>		<b>41.540</b>	<b>855.955</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>500.296</b>	<b>(152)</b>	<b>384.522</b>		<b>53.539</b>	<b>938.205</b>
<b>Destinações de Sobras do Exercício Anterior:</b>	<b>21.3</b>						
Ao FATES						(10.708)	(10.708)
Constituição de Reservas				10.708		(10.708)	
Distribuição de sobras para associados		16.013				(32.123)	(16.110)
<b>Movimentação de Capital:</b>							
Por Subscrição/Realização		37.836	(124)				37.712
Por Devolução		(10.095)					(10.095)
<b>Sobras do exercício antes das destinações e do JCP</b>						<b>64.923</b>	<b>64.923</b>
<b>Em 30 de junho de 2022</b>		<b>544.050</b>	<b>(276)</b>	<b>395.230</b>		<b>64.923</b>	<b>1.003.927</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho**  
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
<b>Sobras ou perdas antes da tributação e participações</b>		<b>68.250</b>	<b>41.688</b>
Distribuição de Sobras e Dividendos	29	(7.256)	(2.980)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	54.569	57.942
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	31	2.336	125
Provisões/Reversões Não Operacionais	32	5.055	(676)
Provisões/Reversões para Contingências	31	(39)	461
Depreciações e Amortizações	27	5.801	3.243
<b>Sobras ou perdas antes da tributação e participações ajustado</b>		<b>128.716</b>	<b>99.803</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(109.037)	(66.037)
Títulos e Valores Mobiliários		7.690	4.579
Operações de Crédito		(846.342)	(316.510)
Outros Ativos Financeiros		9.501	(14.941)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(314)	(250)
Outros Ativos		883	31.823
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos à Vista		15.773	19.694
Depósitos à Prazo		116.076	478.945
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		544.957	121.861
Relações Interfinanceiras		414.139	284.214
Obrigações por Empréstimos e Repasses		24	29
Outros Passivos Financeiros		(27.969)	(22.200)
Provisões		1.053	99
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(295)	(500)
Outros Passivos		14.913	9.985
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		(10.708)	(5.281)
Imposto de Renda		(2.075)	(88)
Contribuição Social		(1.252)	(60)
<b>Caixa líquido aplicado / originado em atividades operacionais</b>		<b>255.733</b>	<b>625.165</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Distribuição de Dividendos	29	6.618	1.442
Distribuição de Sobras da Central	29	638	1.538
Aquisição de Intangível		(1.691)	(1.079)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(5.823)	(25.316)
Aquisição de Investimentos		(10.959)	(4.911)
<b>Caixa líquido aplicado / originado em investimentos</b>		<b>(11.217)</b>	<b>(28.326)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital		37.712	35.111
Devolução de Capital à Cooperados		(10.095)	(13.346)
Estorno de Capital			(2)
Distribuição de sobras para associados		(16.110)	(7.971)
<b>Caixa líquido aplicado / originado em financiamentos</b>		<b>11.507</b>	<b>13.792</b>
<b>Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>256.023</b>	<b>610.631</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	3	2.277.375	1.531.134
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	3	2.533.397	2.141.765
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>256.022</b>	<b>610.631</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito ("Sicoob Cocred" ou "Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular de livre admissão de cooperados com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e acionista do Banco Cooperativo Sicoob S.A – Banco Sicoob.

A Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Monte Alto, Marília, Morro Agudo, Ocauçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, São José do Rio Preto, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz, Uberlândia e Viradouro. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Adamantina, Altair, Altinópolis, Álvaro de Carvalho, Araçatuba, Araraquara, Bauru, Bebedouro, Borá, Brodowski, Campos Novos Paulista, Cássia dos Coqueiros, Catanduva, Colina, Colômbia, Dumont, Echaporã, Embaúba, Flórida Paulista, Garça, Getulina, Guaimbê, Guaiara, Guaraci, Guariba, Guataporã, Herculanópolis, Iacri, Icém, Inúbia Paulista, Jaboticabal, Júlio Mesquita, Lucélia, Luís Antônio, Lupércio, Lutécia, Mariápolis, Monte Azul Paulista, Nuporanga, Olímpia, Oriente, Orlândia, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Paraíso, Parapuã, Pirangi, Pompéia, Pradópolis, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, São Carlos, São Simão, Serra Azul, Taiaçu, Taiuva, e Vista Alegre do Alto, todos no Estado de São Paulo; e Uberaba, no Estado de Minas Gerais. A área de admissão de cooperados passou a abranger todas as unidades da Federação;

A Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos cooperados;
- (ii) A formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, estando em

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, tendo sido aprovadas pelo Conselho de administração e Conselho fiscal, que são os órgãos estatutários responsáveis pela governança, em 27 de julho de 2022.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras compreende a Diretoria Executiva.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

## 2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

### a) Mudanças aplicadas nas presentes demonstrações financeiras

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores, mas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

**Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020:** a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos internos para atender ao novo requerimento da Resolução.

**Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020:** a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

**Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020:** a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las sem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;
- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021:** a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Cosif que evidenciava Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 1º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

**Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021:** a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações contábeis;

ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;

iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:

a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;

b) mensurar os passivos:

b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;

b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

**Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano para a implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, segue até 31/12/2022, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

No intuito de consolidar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor em 1º/7/2022:

- i) Instrução Normativa nº 268, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável;
- ii) Instrução Normativa nº 269, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente;
- iii) Instrução Normativa nº 270, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa;
- iv) Instrução Normativa nº 271, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível;
- v) Instrução Normativa nº 272, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido;
- vi) Instrução Normativa nº 273, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor;
- vii) Instrução Normativa nº 274, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor;
- viii) Instrução Normativa nº 275, de 1 de abril de 2022: define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

**Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022:** a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

**Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021:** a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência começa em 1º/1/2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

### 2.3 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Mesmo com ineditismo de uma pandemia nos últimos anos, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível ou causar impactos substanciais em sua estrutura financeira.

A Cooperativa contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

### 2.4 Descrição das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus cooperados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não cooperados.

#### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

### **e) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

### **f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira**

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

### **f) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

### **g) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

### **h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

### **i) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

### **j) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do SICOOB São Paulo e ações do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

### **k) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

### **l) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

### **m) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

### **n) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.



## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **o) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

### **p) Demais ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

### **q) Demais passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

### **r) Provisões**

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **s) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, e estão classificados no ativo realizável a longo prazo, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.535, revogada pela Resolução CMN nº 3.823.

### **t) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

### **u) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado



## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

### **v) Segregação em circulante e não circulante**

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

### **x) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2022 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

### **y) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

### **z) Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2022.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Disponibilidades	13.705	11.784
Relações interfinanceiras (i)	<u>2.519.692</u>	<u>2.265.591</u>
	<u>2.533.397</u>	<u>2.277.375</u>

i) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob SP como determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 30 de junho de 2022 e de 2021, registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	<u>121.210</u>	<u>22.570</u>

### 4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

<u>Modalidade</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ligadas (i)	<u>593.282</u>	<u>484.245</u>
	593.282	484.245
Ativo circulante	<u>(593.282)</u>	<u>(484.245)</u>
Ativo não circulante	<u></u>	<u></u>

(i) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 98,36 % do CDI (2021 – 96 % do CDI).

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	<u>27.689</u>	<u>3.400</u>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 5 Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

<b>Modalidade</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (i)	101.918	96.309
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (ii)	20.537	33.791
Obrigações do Tesouro Nacional	17.914	17.467
Cotas de Fundo Imobiliário (iii)	34.165	34.657
	174.534	182.224
Ativo circulante	(91.624)	(41.077)
Ativo não circulante	82.910	141.147

(i) Os Recibos de depósito cooperativos - RDC referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras mantidas na Sicoob São Paulo com remuneração média de 107,64 % do CDI. (2021 – 107% do CDI)

(ii) Os Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA são títulos de renda fixa lastreados em recebíveis originados do agronegócio, possuem remuneração média de 16,36 % a.a. (2021 – 7,11 % a.a.).

(iii) O Fundo Imobiliário Coopbens foi criado pela Cooperativa com finalidade de viabilizar o processo de venda de bens não de uso próprio. A remuneração desse fundo ocorre com a valorização de suas quotas decorrente do resultado apurado na venda dos bens.

Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, no SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 30 de junho de 2022, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo realizável a longo prazo têm sua realização prevista substancialmente para 2024.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Rendas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	9.730	9.521

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6 Operações de crédito

#### 6.1 Composição da carteira por modalidade

Modalidade	2022	2021
Adiantamentos a depositantes	5.091	4.051
Cheque especial e conta garantida	175.515	139.783
Empréstimos e financiamentos	2.347.675	2.122.783
Títulos descontados	99.475	76.714
Financiamentos rurais	2.366.232	1.844.514
	4.993.988	4.187.845
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.5)	(297.633)	(281.215)
	4.696.355	3.906.630
Ativo circulante	(2.368.517)	(1.867.983)
Ativo não circulante	2.327.838	2.038.647

#### 6.2 Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

Nível de risco	Percentual	Situação	2022				2021		
			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2022	Provisões 30/06/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA		Normal	7.596	227	4.515	12.338		54.466	
A	0,5%	Normal	702.177	102.542	1.657.886	2.462.605	(12.313)	1.982.075	(9.910)
B	1%	Normal	698.352	90.134	531.304	1.319.791	(13.198)	1.096.052	(10.961)
B	1%	Vencida	1.362	1.054	1.099	3.516	(35)	242	(2)
C	3%	Normal	522.861	73.130	147.710	743.701	(22.311)	604.363	(18.131)
C	3%	Vencida	3.156	199	1.328	4.683	(140)	3.447	(103)
D	10%	Normal	139.676	16.284	11.242	167.202	(16.720)	164.348	(16.435)
D	10%	Vencida	11.624	334		11.957	(1.196)	7.215	(722)
E	30%	Normal	30.046	2.128	795	32.969	(9.891)	50.328	(15.098)
E	30%	Vencida	4.351	1.411	451	6.213	(1.864)	2.166	(650)
F	50%	Normal	7.828	562	204	8.594	(4.297)	19.183	(9.591)
F	50%	Vencida	618		76	694	(347)	1.640	(820)
G	70%	Normal	13.100		1.097	14.197	(9.938)	11.097	(7.768)
G	70%	Vencida	352	133		485	(339)	659	(461)
H	100%	Normal	152.399	3.007	5.748	161.155	(161.155)	125.370	(125.370)
H	100%	Vencida	38.217	2.895	2.777	43.889	(43.889)	65.191	(65.191)
Total Normal			2.274.036	288.014	2.360.501	4.922.552	(249.822)	4.107.284	(213.265)
Total Vencidos			59.681	6.025	5.731	71.437	(47.811)	80.561	(67.950)
Total Geral			2.333.717	294.039	2.366.232	4.993.988	(297.633)	4.187.845	(281.215)
Provisões			(255.993)	(12.624)	(29.016)	(297.633)		(281.215)	
Total Líquido			2.077.724	281.415	2.337.216	4.696.355		3.906.630	

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6.3 Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	30/06/2022	2022	31/12/2021	2021
					% da Carteira		% da Carteira
Setor Privado - Comércio	341.224	43.824	151.551	536.599	11%	461.675	9%
Setor Privado - Indústria	264.758	12.362	379.917	657.037	13%	501.086	10%
Setor Privado - Serviços	773.500	117.672	143.079	1.034.251	21%	905.228	18%
Pessoa Física	819.959	95.694	1.491.734	2.407.387	48%	2.030.547	41%
Outros	134.276	24.486	199.952	358.714	7%	289.309	6%
<b>TOTAL</b>	<b>2.333.717</b>	<b>294.039</b>	<b>2.366.232</b>	<b>4.993.988</b>	<b>100%</b>	<b>4.187.845</b>	<b>84%</b>

### 6.4 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2022	2021
2022		
2023	526.687	965.521
2024	766.768	509.849
2025	506.975	328.794
2026 a 2041	527.407	234.483
	<b>2.327.838</b>	<b>2.038.647</b>

### 6.5 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	2022	2021
Saldo inicial	281.215	243.252
(-) Créditos baixados para prejuízo	(40.198)	(67.592)
Provisão constituída no exercício	122.218	264.387
(-) Reversão da provisão	(65.602)	(158.832)
Saldo final	<b>297.633</b>	<b>281.215</b>

### 6.6 Concentração dos Principais Devedores

Descrição	2022		2021	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior Devedor	82.092	2%	70.911	2%
10 Maiores Devedores	547.444	11%	454.087	11%
50 Maiores Devedores	1.534.999	31%	1.224.232	29%

### 6.7 Recuperação de créditos anteriormente baixados

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 13.423 no semestre findo em 30 de junho de 2022 (2021 - R\$ 20.002), e foi registrada em contrapartida de outros ingressos operacionais.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7 Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Avais e Fianças Honrados (i)	4.772	3.506
Rendas a Receber (ii)	1.677	1.537
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii)	57.441	65.703
Títulos e créditos a receber (iv)	8.527	14.577
Depósitos em garantia (v)	<u>15.318</u>	<u>14.312</u>
	87.735	99.635
Provisão para perdas (Nota 7.1)	<u>(13.997)</u>	<u>(18.445)</u>
	73.738	81.190
Ativo circulante	<u>(15.616)</u>	<u>(17.976)</u>
Ativo Não Circulante	<u><u>58.122</u></u>	<u><u>63.214</u></u>

(i) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(ii) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito e rendas de serviços de convênios a receber;

(iii) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens recebidos como pagamento de dívida;

(iv) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas no montante de R\$ 594 (2021 - 441) e Títulos e Créditos vinculados a produtos no montante de R\$ 7.933 (2021 - R\$ 14.136), oriundos de renegociações de operações de crédito.

(v) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais, referente a processos discutidos pela Cooperativa (Nota 17);

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7.1 Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

			2022				2021		
Nível de risco	Percentual	Situação	Outros créditos	Avais e Fianças Honrados	Devedores por compra de valores e bens	Total	Provisões	Total	Provisões
A	0,5%	Normal	433		1.793	2.225	(11)	11.265	(56)
B	1%	Normal			43.652	43.652	(437)	40.215	(402)
C	3%	Normal			535	535	(16)	3.580	(107)
D	10%	Normal			8.886	8.886	(889)	9.057	(906)
E	30%	Normal	2.578			2.578	(773)	2.734	(820)
E	30%	Vencida		541		541	(162)	397	(119)
F	50%	Normal		8		8	(4)	88	(44)
F	50%	Vencida		25		25	(13)		
G	70%	Vencida		11		11	(8)	62	(44)
H	100%	Normal	1.814		2.576	4.390	(4.390)	5.276	(5.276)
H	100%	Vencida	3.108	4.186		7.294	(7.294)	10.670	(10.670)
Total Normal			4.825	8	57.441	62.273	(6.520)	72.128	(7.568)
Total Vencidos			3.108	4.764		7.873	(7.477)	11.217	(10.876)
Total Geral			7.933	4.772	57.441	70.146	(13.997)	83.345	(18.445)
Provisões			(5.698)	(4.373)	(3.926)	(13.997)		(18.445)	
Total Líquido			2.235	399	53.514	56.149		64.900	

### 7.2 Movimentação da provisão de Outros Ativos Financeiros

	2021	2020
Saldo inicial	18.445	11.344
(-) Créditos baixados para prejuízo	(2.400)	(2.205)
Provisão constituída no exercício	4.451	13.054
(-) Reversão efetuada no exercício	(6.499)	(3.748)
Saldo final	13.997	18.445

### 8 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em junho de 2022 a rubrica estava composta de impostos e contribuições a compensar referente ao recebimento de comissionamento de produtos.

	2022	2021
Impostos e Contribuições a Compensar	1.683	1.369
Ativo circulante	(1.683)	(1.369)
Ativo Não Circulante		

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9 Outros Ativos

	2022	2021
Adiantamentos e Participações Salariais	2	1
Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta (i)	1.193	955
Devedores Diversos País (ii)	1.025	535
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos (iii)	4.213	10.719
Material em Estoque	136	199
Despesas Antecipadas (iv)	19	117
	6.588	12.526
Ativo circulante	(4.358)	(9.182)
Ativo Não circulante	2.230	3.344

(i) Os Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta referem-se a adiantamento à fornecedores.

(ii) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar

(iii) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(iv) As despesas antecipadas, referem-se aos prêmios de seguros.

### 10 Investimentos

Em 30 de junho de 2022 e 2021, os investimentos estavam assim compostos:

	2021	2020
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	71.178	66.820
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	73.545	66.951
Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERANA	91	86
Outros	38	38
	144.853	133.894

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do Sicoob SP e ações do Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado.



## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 11 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

	2022			2021			%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	15.354	(4.394)	10.960	15.260	(3.784)	11.476	10
Sistemas de comunicação	432	(77)	355	353	(58)	295	10
Equipamentos de processamento de dados	16.747	(8.004)	8.743	16.207	(6.851)	9.356	20
Veículos	1.214	(490)	724	1.239	(714)	526	20
Sistemas de vigilância	2.829	(1.428)	1.401	3.044	(1.238)	1.807	20
Instalações	35.296	(19.381)	15.915	35.197	(17.914)	17.283	20
Edificações	39.358	(979)	38.379	38.592	(199)	38.394	4
Terrenos	8.252		8.252	8.252		8.252	
Obras em andamento (i)	4.345		4.345	210		210	
	<u>123.826</u>	<u>(34.754)</u>	<u>89.073</u>	<u>118.354</u>	<u>(30.757)</u>	<u>87.598</u>	

(i) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

### 12 Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, o intangível estava assim composto:

	2022			2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares e Licenças	<u>15.182</u>	<u>(9.874)</u>	<u>5.308</u>	<u>13.694</u>	<u>(8.624)</u>	<u>5.070</u>

### 13 Depósitos à vista, à prazo

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, os depósitos estavam assim compostos:

	2022	2021
Depósitos à vista (i)	640.563	624.790
Depósitos sob aviso e à prazo (ii)	<u>2.999.399</u>	<u>2.883.323</u>
	<u>3.639.962</u>	<u>3.508.113</u>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(ii) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/21. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Dispêndios de captação no mercado".

### 13.1 Concentração dos principais depositantes

Descrição	2022		2021	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior Depositante	126.543	3%	198.833	6%
10 Maiores Depositantes	714.374	20%	696.255	20%
50 Maiores Depositantes	1.611.513	44%	1.482.872	42%

### 13.2 Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2022	2021
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio		
Despesas de Depósitos a Prazo	(157.202)	(32.518)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(55.026)	(7.789)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(16.678)	(2.435)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(3.521)	(2.694)
	<b>(232.427)</b>	<b>(45.436)</b>

## 14 Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	2022	2021
LCA	1.177.457	796.628
LCI	401.909	237.781
	<u>1.579.366</u>	<u>1.034.408</u>

Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 13).

### 15 Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, estavam assim compostos:

Modalidade	Encargos financeiros (Taxa Anual)	2022			2021		
		Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total	Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total
Empréstimos	7% à 10,80%	25.820		25.820	25.187		25.187
Securitização	3,00%		1.599	1.599		1.575	1.575
Custeio Agrícola	0,82% à 2,99%	982.133		982.133			
	3,00% à 5,99%	49.975		49.975	84.255		84.255
	6,00% à 6,99%	108.760		108.760	196.995		196.995
	7,00% à 7,99%	650.701		650.701	428.304		428.304
	8,00% à 8,99%	29.006		29.006	36.869		36.869
	9,00% à 9,99%	14.600		14.600	15.566		15.566
	10,00% à 12,80%	40.870		40.870	29.599		29.599
	12,81% à 15,43%	66.190		66.190			
	CDI + 0,82% à 1,69 %				737.141		737.141
Total		1.968.055	1.599	1.969.654	1.553.916	1.575	1.555.491
Passivo circulante		<u>(1.193.852)</u>		<u>(1.193.852)</u>	<u>(733.360)</u>		<u>(733.360)</u>
Passivo não circulante		<u>774.203</u>	<u>1.599</u>	<u>775.802</u>	<u>820.556</u>	<u>1.575</u>	<u>822.132</u>

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2022	2021
2022		
2023	175.359	355.126
2024	245.905	45.905
2025	162.709	127.212
2026	119.819	218.784
2027	52.409	
2028	10.762	36.123
2029	5.082	19.904
2030	2.255	4.582
2031	1.500	14.496
	<u>775.802</u>	<u>822.132</u>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 16 Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, estavam assim compostos:

	2022	2021
Recurso em Trânsito de Terceiros (i)	1.617	27.121
Obrigações por aquisições de bens e direitos (ii)	2.592	3.891
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (iii)	2.164	3.330
	6.373	34.342
Passivo circulante	(6.373)	(34.342)
Passivo não circulante		

(i) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênios

(ii) Em Obrigações por aquisição de bens e direitos temos registrado os valores a pagar de fornecedores e obrigações em nome de terceiros (conta salário)

(iii) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos.

### 17 Provisões

	2022	2021
Provisões para garantias financeiras prestadas (i)	15.872	13.536
Provisão para Contingências (ii)	17.052	16.038
	32.924	29.574

(i) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

	2022	2021
Coobrigações Prestadas	369.764	363.832

(ii) Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

### 17.2 Provisões para Contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	2022	2021
Tributárias	15.131	13.919
Cíveis	1.629	1.823
Trabalhistas	292	295
Outros		1
	<u>17.052</u>	<u>16.038</u>

#### (a) Processos classificados como possível perda

O Sicoob Cocred possui processos em andamento classificados como de possível perda que totalizam em 2022 o montante de R\$ 2.374 de processos cíveis (2021 – R\$ 2.792), R\$ 314 de processos trabalhistas (2021 – R\$ 290) e R\$ 15.507 de processos tributários (2021 – R\$ 13.499).

#### (b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

### 18 Obrigações Fiscais e Diferidas

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

	2022	2021
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	273	139
Impostos de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	405	121
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.869	2.673
Contribuição Previdenciária - INSS	1.180	1.035
Programa de Integração Social - PIS	22	25
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	109	121
Imposto sobre Serviços - ISS	76	82
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	265	300
Outros	19	15
	<u>4.218</u>	<u>4.513</u>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 19 Outros Passivos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

	2022	2021
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	22.362	11.654
Cotas de capital a pagar (ii)	23.572	22.892
Obrigações de pagamentos em nome de terceiros	2.419	4.089
Provisão para pagamentos a efetuar (iii)	21.518	25.093
Cheques Administrativos	1	
Credores Diversos - País (iv)	12.517	3.748
	82.389	67.476
Passivo circulante	(80.653)	(66.194)
Passivo não circulante - Cotas de capital a pagar	1.736	1.282

(i) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(iii) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas provisão de Despesas de Pessoal, Valores a Pagar - Aluguéis, Valores a Pagar – Cartões, Valores a Pagar - Transações Intercredis e outros;

(iv) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar do Banco Sicoob, Saldos Credores de renegociação de dívidas, Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação e Credores Diversos-Liquidação Cobrança.

### 20 Instrumentos Financeiros

A Sicoob Cocred opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 21 Patrimônio líquido

#### 21.1 Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

	2022	2021
Capital Social	543.774	500.144

#### 21.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

- 35% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados do Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-associados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os associados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

#### 21.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2021 e de 2020 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 24 de março de 2022 e 25 de março de 2021, respectivamente.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 24 de março de 2022, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 10.707, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 10.707, para Capital social, no montante de R\$ 16.061 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 16.061, foi distribuído aos associados.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 25 de março de 2021, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 5.282, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 5.282, para Capital social, no montante de R\$ 8.112 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 7.730, foi distribuído aos associados.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 21.4 Realização da Reserva legal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa deixou de utilizar a Reserva Legal para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços da Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional da Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 64 do Estatuto Social da Sicoob Cocred conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010.

### 21.5 Fundo de Reserva de Contingência Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de outubro de 2019, foi aprovada a criação do Fundo Reserva de Contingência Fiscal a ser constituído com os valores retidos das aplicações financeiras dos cooperados, os quais foram levantados em favor da Sicoob Cocred como resultado do êxito em ação judicial.

Esse Fundo de Reserva tinha como objetivo resguardar a Sicoob Cocred dos efeitos negativos decorrentes da eventual proposição de ação rescisória pela União, que pode ocorrer no período de dois anos após o trânsito em julgado da ação.

Conforme definido previamente no regulamento do fundo, na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 25 de março de 2021, foi deliberado a transferência dos recursos do fundo para Reserva Legal.

Os recursos que eram mantidos no referido fundo foram originados em ação judicial em que a Sicoob Cocred questionava judicialmente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com a Cooperativa. Durante o período da discussão judicial, a Cooperativa vinha registrando as correspondentes obrigações, bem como efetuando depósitos judiciais, relacionados a esse assunto.

Os valores retidos dos cooperados foram depositados judicialmente no período de 1999 até o primeiro decêndio do mês março de 2019, quando houve decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, sobre o Recurso Especial Nº 1741047/SP na qual registra o trânsito em julgado, datado em 11 de março de 2019, favorável a Sicoob Cocred, concluindo pela não incidência de imposto de renda nos resultados positivos auferidos pelos cooperados em operações realizadas com a Sicoob Cocred e determinando o levantamento dos referidos montantes depositados judicialmente. Nessa oportunidade, com base na opinião de seus consultores jurídicos que entendem não mais haver o risco de provável perda da referida ação, a Sicoob Cocred reverteu a provisão mantida para esse tema contra o Fundo de Reserva de Contingência Fiscal ("Fundo de Reserva"). Essa reversão foi no montante de R\$ 171.905, que corresponde ao valor da provisão constituída, líquida dos honorários advocatícios. A administração da Cooperativa entende que não há a incidência de juros sobre o referido montante após a sua reversão para o referido Fundo de Reserva, conforme regulamento desse fundo.

Naquela oportunidade, apesar de os assessores tributários da Sicoob Cocred entenderem que os cooperados foram os beneficiários do resultado dessa ação, a administração da Sicoob Cocred, com base em orientações recebidas do Sicoob São Paulo, entendeu ser adequada a reversão da provisão para contingência em contrapartida do referido Fundo de Reserva, o qual compõe o patrimônio líquido



## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da Sicoob Cocred. Dessa forma, com a deliberação da AGO realizada em março de 2021, houve a transferência do montante entre as reservas do patrimônio líquido.

### 22 Receitas de Operações de Crédito

	2022	2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.414	862
Rendas de Empréstimos	177.115	96.964
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	9.663	6.265
Rendas de Financiamentos	17.669	8.775
Rendas de Rurais - Recursos Livres	8.763	4.992
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados à Vista	10.867	5.233
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	43.535	24.620
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados de LCA	48.651	11.425
Rendas de Rurais - Recursos de Fontes Públicas	1.380	5
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados		1
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	13.423	20.003
	<b>332.482</b>	<b>179.145</b>

### 23 Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

	2022	2021
Despesas De Captação	(232.427)	(45.436)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(80.571)	(27.422)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	65.602	88.314
Reversões de Provisões para Outros Créditos	6.499	1.414
Provisões para Operações de Crédito	(122.218)	(141.174)
Provisões para Outros Créditos	(4.451)	(6.496)
	<b>(367.567)</b>	<b>(130.800)</b>

### 24 Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

	2022	2021
Rendas de Cobrança	3.467	3.353
Rendas de Garantias Prestadas	565	604
Rendas de Outros Serviços	8.466	1.719
	<b>12.498</b>	<b>5.676</b>

### 25 Rendas de Tarifas

	2022	2021
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.026	939
Rendas de Serviços Prioritários - PF	525	561
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	4.049	3.134
	<b>5.601</b>	<b>4.633</b>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 26 Dispêndios e Despesas de Pessoal

	2022	2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(137)	(91)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(3.302)	(2.854)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(7.275)	(7.462)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(7.041)	(5.823)
Despesas de Pessoal - Proventos	(20.092)	(16.533)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(282)	(268)
	<b>(38.129)</b>	<b>(33.030)</b>

### 27 Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

	2022	2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.274)	(777)
Despesas de Aluguéis	(3.561)	(3.055)
Despesas de Comunicações	(1.984)	(1.865)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(2.165)	(1.353)
Despesas de Material	(342)	(261)
Despesas de Processamento de Dados	(2.094)	(1.888)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(113)	
Despesas de Propaganda e Publicidade	(2.821)	(2.700)
Despesas de Publicações	(113)	(86)
Despesas de Seguros	(139)	(100)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(4.469)	(3.218)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.840)	(1.596)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(3.179)	(2.268)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(5.205)	(5.186)
Despesas de Transporte	(896)	(863)
Despesas de Viagem no País	(258)	(177)
Despesas de Amortização	(1.453)	(952)
Despesas de Depreciação	(4.348)	(2.291)
Outras Despesas Administrativas	(2.281)	(1.757)
	<b>(38.535)</b>	<b>(30.392)</b>

### 28 Dispêndios e Despesas Tributárias

	2022	2021
Despesas Tributárias	(770)	(375)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(258)	(37)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(221)	(81)
	<b>(1.250)</b>	<b>(494)</b>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 29 Outros Ingressos e Receitas Operacionais

	2022	2021
Dividendos	6.618	1.442
Distribuição de sobras	638	1.538
Rendas de Repasses Interfinanceiros	709	738
Outras rendas operacionais	12.618	17.283
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	4.130	2.662
	<b>24.713</b>	<b>23.665</b>

### 30 Outros Dispendios e Despesas Operacionais

	2022	2021
Descontos Concedidos em Renegociações	(514)	(733)
Outras Despesas Operacionais	(5.071)	(3.325)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(377)	(333)
Outras Contribuições Diversas	(30)	(4)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(939)	
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais		(35)
Perdas - Fraudes Externas	(73)	(552)
Perdas - Práticas Inadequadas	(2)	(2)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(2)	(16)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(148)	(17)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(9.066)	(7.287)
	<b>(16.222)</b>	<b>(12.305)</b>

### 31 Despesas com Provisões

	2022	2021
Provisões para Demandas Trabalhistas	(11)	(30)
Provisões para Contingências		(431)
Reversões de Provisões para Contingências	50	
Provisões para Garantias Prestadas	(6.089)	(4.109)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	3.753	3.984
	<b>(2.297)</b>	<b>(586)</b>

### 32 Outras Receitas e Despesas

	2022	2021
Ganhos de Aluguéis	23	47
Reversão de Provisões não Operacionais	45	842
Outras Rendas não Operacionais	3.462	
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(65)	
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(5.100)	(166)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(38)	(38)
	<b>(1.673)</b>	<b>685</b>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 33 Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no período de 2022, foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes” conforme a seguir:

	2022	2021
Desvalorização de Ativos não financeiros	(5.055)	676

### 34 Partes relacionadas

#### 34.1 Pessoal chave da administração

##### 34.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no semestre findo em 30 de junho de 2022, montaram a R\$ 3.438 (2021 - R\$ 2.945).

##### 34.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

	2022	2021
<b>(a) Principais saldos</b>		
<b>Ativo</b>		
Operações de crédito - circulante	45.128	29.525
Operações de crédito - não circulante	57.508	44.257
<b>Passivo</b>		
Depósitos a vista e a prazo	96.501	262.757
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	5.984	25.104
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>(b) Principais operações</b>		
Ingresso com operações de crédito	3.196	5.751
Dispêndio com captação	4.977	6.105

As operações de crédito, as LCAs e os depósitos à vista e sob aviso são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais associados.

### 35 Cooperativa Central - Sicoob São Paulo

O Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 35.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

### 35.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

#### 35.2.1 Principais Saldos

	2022	2021
<b>Ativo circulante</b>		
Relações interfinanceiras (Nota 3)	2.519.692	2.265.591
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	101.918	96.309
<b>Ativo não circulante</b>		
Investimentos (Nota 10)	71.178	66.820

#### 35.2.2 Principais Resultados

	2022	2021
Ingressos de títulos e valores mobiliários	5.609	4.946
Ingresso de depósitos intercooperativos	121.210	22.570

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

### 36 Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

### 36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### 36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### 36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da Cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico ( $\Delta EVE$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NII$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.



## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

### 36.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a.1) limite mínimo de liquidez;
- a.2) fluxo de caixa projetado;
- a.3) aplicação de cenários de estresse;
- a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

### 36.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
  - b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
  - c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.
- As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

### 36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das Cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

### 36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, incluindo pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de

## Notas explicativas em 30 de junho de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital da SICOOB COCRED e a Tabela OVA, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site <https://relacionamento.sicoobcocred.com.br/>, seção “Gerenciamento de Riscos” / Relatório de Pilar 3.

### 37 Garantias

Em 30 de junho de 2022, a Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados associados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 369.764 (2021 - R\$ 363.832), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

### 38 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade da Sicoob Cocred.

Sertãozinho/SP, 30 de junho de 2022.

**PATRICIA DE ARAÚJO FELIPE**  
Contadora - CRC 1SP 296987/O-0  
CPF. 399.950.328-99

**ADEMIR JOSÉ CAROTA**  
Diretor Administrativo  
CPF. 303.381.738-62

**ANTONIO CLÁUDIO RODRIGUES**  
Diretor Geral  
CPF. 048.589.888-80

**GIOVANNI BARTOLETTI ROSSANEZ**  
Pres. do Conselho de Administração  
CPF. 183.207.628-80

**ANTONIO CARLOS GIROTTI**  
Vice Pres. do Conselho de Administração  
CPF. 242.653.658-68